



Comunicação Cega.¹ **A Inclusão de Deficientes Visuais nas Instituições de Ensino Superior.**

Isabela Carneiro Rangel Sá²

Daniel Barreto de Souza e Sá³

Centro Universitário Fluminense – Faculdade de Filosofia de Campos

Resumo

Nos últimos anos a sociedade vem discutindo a inclusão social sob vários aspectos. Para a educação, o debate tramita desde a inserção do aluno com necessidades especiais na sala de aula, de maneira que ele se sinta confortável em todos os âmbitos, até a capacitação dos profissionais da educação. Este quadro, aparentemente favorável, orientou a pesquisa de uma Monografia de Pós-Graduação *Latu Sensu* e a redação deste artigo, a saber: a obrigação de incluir pode elevar a exclusão ou gerar uma espécie de inclusão perversa.

Palavras-chave

Comunicação; inclusão social; exclusão social; educação; ensino superior.

I – A busca pela autonomia

Este artigo surge de um estudo de caso, realizado no Centro Universitário Fluminense – Faculdade de Filosofia de Campos, por ocasião da conclusão da Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior, feito com dois alunos deficientes visuais, que estão cursando o ensino superior.

O processo de inclusão começa a ter um significado para o deficiente visual, segundo Lemos (2003), quando lhe permite uma “participação ativa junto a um grupo social”. Numa sala de aula de um curso superior, percebe-se que o rendimento escolar do cego fica a cargo de seu “esforço” de oportunizar seu processo de aprendizagem. Essa situação não se distancia da realidade de outrora quando observamos a história, por exemplo, de Louis Braille.

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação (Mediações e Interfaces Comunicacionais).

² Isabela Rangel é graduada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU) – Faculdade de Filosofia de Campos (UNIFLU/FAFIC). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior pela mesma instituição.

³ Daniel Barreto é graduado em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU) – Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC). Pós-Graduado em Marketing pela mesma instituição. Mestrando em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF). Professor do Curso de Comunicação Social do UNIFLU/FAFIC.



Louis Braille nasceu, em 1809, numa pequena aldeia francesa. Seu pai era um fabricante de selos e laços. Quando Braille tinha três anos brincava, na oficina do pai, de furar um pedaço de couro. Aproximou demais seu rosto e acabou ferindo seu olho esquerdo. A infecção se expandiu e atingiu o olho direito, provocando cegueira total. Acostumou-se com sua nova vida e passou a ir à escola de bengala

Com 10 anos de idade, ganhou uma bolsa do *Institut Royal des Jeunes Aveugles de Paris* (Instituto Real de Jovens Cegos de Paris). Nessa escola os estudantes aprendiam a ler, através de letras em relevo. Era apenas leitura, pois a escrita ficava impossibilitada, uma vez que a impressão era feita através de letras costuradas no papel.

Ao conhecer Teresa Von Paradise, concertista cega, Louis Braille passou por um momento decisivo em sua vida. Ficou fascinado com o aparelho que Tereza idealizara para ler e compor ao piano. Aprendeu música com ela e tornou-se, rapidamente, organista e violoncelista. Aos quinze anos foi admitido como organista da Igreja de Santa Ana, em Paris.

Alguns anos mais tarde Braille virou professor do Instituto onde estudara. Era um jovem educado e agradável, bem recebido nos melhores salões da época. Num desses salões Braille conheceu Alphonse Thibaud, então conselheiro comercial do governo francês. No meio de uma conversa Thibaud perguntou-lhe porque não tentava criar um método que possibilitasse aos cegos não apenas ler, mas também escrever. Num primeiro momento Braille irritou-se com a sugestão, pois achava que a tarefa devia caber aos que enxergavam e não a ele. Reconsiderando, começou a admitir a possibilidade de realizá-la, mesmo sendo cego. Foi então que começou a trabalhar no código de Barbier. Após três anos conseguiu o que queria: o sistema dos pontos em relevo representando letras. A ponta de uma soveia, o mesmo instrumento que lhe tirara a visão, passara a ser o seu instrumento de trabalho. O código Barbier era um sistema de escrita para a noite e era utilizado para guardar os segredos das mensagens militares e diplomáticas. Este sistema era baseado em 12 pontos, ao passo que o sistema desenvolvido por Braille utilizava apenas seis pontos o que foi melhorado, mais tarde, com a inclusão da notação numérica e musical.

Em 1827 foi publicado o primeiro livro em Braille, porém o capital empregado pelas escolas nos enormes livros para cegos não permitia que eles fossem abandonados de repente.

Com vinte anos, Braille começou a ser procurado pelos alunos do Instituto que lhe pediam lições do novo sistema. Estas aulas tinham que ser realizadas às escondidas,



mas serviriam - pensava ele - para difundir o método e provar a sua funcionalidade. Tentava, ao mesmo tempo, exibir o sistema nos lugares que frequentava. Não conseguiu ir muito além. Apenas um ofício, no qual o governo francês agradecia sua contribuição à ciência.

Louis Braille não viveu tempo suficiente para ver seu sistema sendo adotado, pois isso só aconteceu dois anos após a sua morte. Ele morreu de tuberculose em 6 de janeiro de 1852, com 43 anos.

Hoje o processo de leitura e escrita através de pontos em relevo é usado mundialmente.

II – A história que se repete

Da invenção de Louis Braille aos dias de hoje já se passaram 182 anos. A busca por um sistema que atendesse às suas necessidades foi vista, num primeiro momento, como absurda, porém necessária, o que levou o jovem Braille a criar esse método. Mas, o que isso tem de ligação com os dias atuais?

Nunca se falou tanto em inclusão social: capacitação de profissionais para desenvolver e implementar projetos de educação inclusiva, no espaço escolar e na comunidade onde a escola esteja inserida; viabilização da educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais; planejamento e avaliação de programas e práticas para atender alunos com necessidades educacionais especiais; discussão sobre a construção do conhecimento e a diversidade na aprendizagem dos alunos; estruturação de currículos alternativos para alunos portadores de necessidades especiais; elaboração de projetos de inclusão para pessoas com necessidades especiais e desenvolvimento de atitudes de pesquisa científica de temas ligados à educação inclusiva. Enfim, inclusão é a tônica do momento.

Na ótica do deficiente o que se tem feito de concreto para realmente incluí-lo no espaço da sala de aula? No estudo de caso pudemos observar o seguinte: a um deles foi dada uma bolsa de 50% de desconto na mensalidade e nisso a Instituição pareceu eximir-se da responsabilidade, como o próprio aluno declarou: “Tenho bolsa de 50% e acho que a Faculdade pensa que é suficiente”. Cabe ressaltar que essa bolsa pode ser dada a qualquer outro aluno independente de deficiência ou não, desde que ele cumpra os procedimentos estipulados, pela Faculdade, para solicitação desta.



Ao longo de sua graduação o aluno conseguiu fazer apenas uma prova em Braille. No restante o professor lia para ele, ou ele era o único a fazer a prova em dupla ou ainda, para não constrangê-lo, as provas eram dadas para toda a turma em dupla. Já fez prova no corredor, na Coordenação do curso com um intenso movimento de pessoas. Conforme podemos apreender na sua entrevista:

Quando fiz vestibular alguém leu a prova para mim. Passei em 6º lugar. Na Graduação consegui uma só prova em Braille. O restante das provas o professor lia para mim, ou eu era o único a fazer a prova em dupla ou ainda, para não me constranger, davam prova para toda a turma em dupla. Já fiz prova no corredor da Coordenação, com um entra e sai [...]. A Faculdade não ofereceu nenhum subsídio para a Graduação. (Fragmento da entrevista do aluno⁴)

Entender a educação inclusiva é entender uma proposta de educação de boa qualidade e para todos, removendo obstáculos na aprendizagem e com a participação dos alunos. É importante entender a importância do sentido de incluir socialmente, pois muitas idéias equivocadas podem surgir. A significação dicionarizada de inclusão é ato de inserir, colocar em, fazer figurar entre.

Para estudo o aluno arranjava uma maneira de realizar: gravava as aulas e as transcrevia em casa e o seu arcabouço teórico foi todo baseado nessas aulas, não pôde buscar maior fundamentação teórica, uma vez que a Faculdade não dispunha de livros em Braille, nem materiais auditivos para seu estudo. Ele ressalta a defasagem da sua formação em relação aos colegas de sala de aula. Ele teve um colega de classe que o ajudava nos estudos e também na movimentação nas dependências da Instituição.

O sistema educacional brasileiro se fundamenta com uma pedagogia altamente seletista, classificatória e excludente, a começar pela própria maneira de “avaliar” seus alunos. O aluno é que se adapta às exigências da escola, porém quando há inclusão a escola é que se adapta às necessidades do aluno.

Em pleno o século XXI, em meio à era da tecnologia. Poucas Instituições de ensino superior estão preparadas para receber o aluno deficiente. Da invenção de Braille até hoje pouco se evoluiu em relação à aprendizagem do portador de necessidade especial. Houve avanços, contudo em comparação às evoluções que o mundo sofreu nos últimos 180 anos, esse avanço foi ínfimo.

⁴ Aluno do Curso de História do UNIFLU/FAFIC. Por questões éticas, seu nome não será revelado.



Até pouco tempo atrás, não que isso ainda não aconteça, os alunos deficientes viviam no submundo do emprego. Vendiam balas nos sinais, pediam esmolas e tinham pouco ou nenhum acesso à formação de qualidade. Hoje eles buscam seu lugar na sociedade, como profissionais capazes de realizar, qualitativamente, tarefas das mais diversas possíveis.

Nesse contexto há idéias pré-concebidas erroneamente. Não se pode pensar que as pessoas com deficiência sejam sempre bem dotadas, nem ao menos se pode achar que sejam necessariamente incapazes. Deficientes possuem limitações e habilidades, como quaisquer outras pessoas. Desta forma não se justifica que apenas uma pequena parte dos deficientes esteja inserida no mercado de trabalho. A inclusão social é necessária, e porque não dizer essencial, porém ela deve ter como princípio precípua a idéia de inserir e não de cada vez mais excluir.

Não se pode pensar em deficiente como alguém incapaz que tem que receber privilégios e protecionismos. Os países desenvolvidos também estão à frente dos demais quando o assunto é inclusão, mas qualquer país, independente do tamanho ou grau de desenvolvimento, sabe que os portadores de deficiência devem partilhar os mesmos direitos que os demais.

As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (Convenção de Guatemala de 1999).

Os deficientes estão buscando uma graduação de nível superior. A Instituição onde foi realizado esse estudo de caso não oferece nada ao aluno e quando se fala em oferecer nada, se está justamente falando dos direitos legais garantidos ao aluno portador de deficiência, garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (9394/96, art 59 inciso I) que diz que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

A lei, na sua essência, já garante a estada do aluno deficiente em condições favoráveis à aprendizagem. Os alunos, assim como Braille, buscam algum tipo de conhecimento e recurso, para que a aprendizagem seja concluída.



O professor Paulo Freire (1996), em seu livro *Pedagogia da Autonomia -saberes necessários à prática educativa-* ressalta a participação do próprio aluno no processo de aprendizagem. Defende que aluno deve experimentar, pesquisar em grupo, desenvolver seu raciocínio. Ele rejeita conhecimentos prontos. Defende que o aluno seja autônomo. E isso é extremamente desafiador pra o aluno e para o professor. É fato que há uma tendência humana natural em buscar autonomia, em todos os sentidos. O bebê primeiro é de colo, depois ele começa a andar. Quando cresce primeiro só sai com a mãe, mas depois começa a sair só. Porém ninguém se torna autônomo sozinho. Essa criança precisou da mãe para ensinar os primeiros passos e depois ela passou a andar sozinha. Nesse aspecto é de suma importância ressaltar o papel fundamental que o professor tem na autonomia do aluno. O educador precisa acolher o aluno, do jeito que ele é, nutri-lo com material de qualidade, com liberação de conhecimento e depois esse aluno precisa ser confrontado, deve saber, através do professor, o caminho correto a seguir.

Baseado ainda na teoria de Freire (1996) há uma pergunta que fica. No caso do deficiente visual citado acima, como adquirir autonomia com a defasagem teórica denunciada?

As mudanças que seriam necessárias para incluir o aluno com deficiência visual não representam elevado custo financeiro para a Instituição. Independente de custos, a lei deve ser cumprida.

No Brasil, grupos minoritários e estigmatizados sempre estiveram fora das possibilidades de ascensão social, sempre foram mantidos distantes do poder instituído. A chegada atual de pessoas com deficiências, negros e índios nas instituições de ensino superior é um marco histórico que indica uma mudança que está em curso. Demonstra que mais uma vez os grupos estigmatizados, que naturalmente, foram considerados como inferiores, incapazes, dignos de comiseração pública e do Estado, estão cada vez mais se inserindo nos canais que permitem o acesso à cidadania e a algum tipo de poder social.

Uma passagem bastante significativa da entrevista foi quando o entrevistado declarou que os cegos devem continuar se inserindo, chegando, ingressando nas Faculdades e no mercado de trabalho, pois só assim, como coletividade, serão realmente respeitados e seus direitos garantidos. “A expectativa é que a partir da entrada de mais deficientes nas Instituições de Ensino Superior isso melhorará. Se nós não formos à sociedade, a sociedade não virá até nós”.



A pergunta fundamental desse trabalho é: Por que as Universidades não fazem as mudanças necessárias para permitir a inclusão das pessoas com deficiência? Considerando-se que tais mudanças devem ser feitas por estarem previstas em lei, ou seja, elas devem ser realizadas com ou sem custo para as Instituições.

As Universidades no Brasil nunca foram lugar para grupos excluídos, estigmatizados, sempre foram lugar para “grupos privilegiados”. O acesso à Universidade significa dar acesso ao poder, ou pelo menos a uma parcela desse poder. Tais idéias não são, talvez, conscientes, mas é desse modo que as Instituições se comportam. Estão a serviço de interesses maiores, que indicam a perpetuação de grupos no poder.

As Instituições, de uma maneira geral, precisam reavaliar suas responsabilidades políticas, sociais e pedagógicas adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho das pessoas que nelas atuam, estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações. É importante pensar o porquê de concentrar no aluno o compromisso e a responsabilidade por seus sucessos e fracassos. Lemos (2003) salienta que, tradicionalmente, observamos, na sociedade brasileira, cegos desfrutando conquistas sociais devido às suas realizações individuais.

Em contrapartida a educação vive o desafio de efetivar, na prática, os direitos assegurados a todos para que possam se beneficiar da educação de qualidade. Como assegurar que os sistemas educacionais criem escolas inclusivas, ou seja, escolas com condições necessárias para oferecer respostas educativas adequadas às necessidades individuais de aprendizagem de todos e de cada um de seus alunos?

E quanto aos portadores de deficiência? A legislação e o discurso teórico que as Instituições proferem asseguram direitos; faltam, porém, ações efetivas, que demonstrem real preocupação com esses que são excluídos em todos os âmbitos da sociedade. A educação é uma palavra que etimologicamente vem do latim *educare* e quer dizer conduzir, porém o que os educadores e as escolas, que têm a função de disseminar a educação, tem feito de concreto para que os alunos portadores de qualquer tipo de deficiência sejam conduzidos às metodologias atuais, focadas na aprendizagem?



III – Algumas considerações

Embora o enfoque deste trabalho seja a inclusão do deficiente visual, cumpre ressaltar que quando se fala em inclusão social não se está falando apenas de alunos com algum tipo de deficiência física, mas também daqueles que nunca tiveram acesso à escola, negros, índios, ciganos... Enfim, todos que, de alguma maneira, são excluídos dessa sociedade.

Educar vai além de apenas “transmitir conhecimento”. Deve haver envolvimento e interação e, sobretudo, “desenvolvimento nos aspectos físicos, motores, psicomotores, intelectuais, afetivos e político-sociais” (CARVALHO, 2004).

As transformações que a sociedade, ou pelo menos uma parte dela, espera no campo da educação não acontecem rapidamente, nem tampouco são o resultado do esforço de alguns poucos. Este processo, moroso por princípio, toma contornos dramáticos no Brasil, pois caminha numa velocidade quase estática, mas, ao menos, ainda caminha, visto que a proposta da educação inclusiva tem sensibilizado educadores e sociedade sobre o ideal de inclusão social. A idéia de igualdade está inserida, inclusive, na Carta Magna do País: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA art. 5º).

Cresce a consciência, multiplicam-se as ações, mas em linhas gerais, a implementação da educação inclusiva ainda encontra resistência de muitos educadores. A resistência dos docentes dá-se, principalmente, pela falta de interesse e preparo em lecionar quando há um aluno deficiente na sala de aula. Mesmo quando há interesse, a falta de preparo faz o professor esquivar-se dessa responsabilidade. O que fazer diante desse desafio?

No Centro Universitário Fluminense, onde a pesquisa foi realizada, nota-se uma mudança de postura diante da reflexão gerada pela pesquisa. Duas alunas deficientes visuais, matriculadas na instituição, após a conclusão da referida monografia, encontram, hoje, recursos mínimos necessários para sua formação, tais como: provas em Braille e letores para as provas.

IV – Bibliografia

CARVALHO, Nanci Valadares de. *Autogestão: O Nascimento das ONGs*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.



CENTRO de Documentação e Informação do Portador de Deficiência. *Legislação Específica*. Guatemala: Documentos Internacionais, 1999.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil (1988). São Paulo: Tecnoprint, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo : Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio. *Ongs e Universidades: Desafios para a Cooperação na América Latina*. São Paulo: Editora Peiropólis, 2002.

LEMOS, Edison Ribeiro. *Sua Vida e Seu Sistema: Louis Braille*. 2ª Edição. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2003.

SOUZA, C. H. M. . *Comunicação , Educação e Novas Tecnologias*. 1. ed. Campos dos Goytacazes: FAFIC/ Grafimax, 2003. v. 01. 146 p.